



# DIREITO CONSTITUCIONAL



**Estratégia**  
OAB

## 3º SIMULADO DE 2ª FASE COM CORREÇÃO EM VÍDEO - DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso 3º Simulado Online para a 2ª fase do XXXIV Exame de Ordem. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 09.04.22), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. O simulado acontecerá nos moldes do edital XXXIV Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.
2. Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)

Um ótimo simulado a todos. ;)



## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 2021, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou a Lei nº 564 tratando sobre a educação básica, tendo o Governador (na qualidade de chefe do poder executivo) sancionado a referida lei.

Esta passou a indicar que todos os alunos com deficiência ou com alguns tipos de transtornos deveriam estudar obrigatoriamente por vídeos em suas residências.

A Lei nº 564 também tratou de aspectos relativos ao provimento de cargos e estabilidade dos servidores públicos estaduais. O problema é que a nova legislação trouxe uma intensa discussão doutrinária a respeito das matérias tratadas.

Nesse sentido, a Associação Nacional de Professores, salientando que a lei viola diretamente o texto da Constituição Federal de 1988 e, tendo em vista a aproximação do início do semestre letivo, procura os seus serviços como advogado visando buscar uma decisão judicial, sendo certa a urgência na obtenção de um provimento judicial favorável.

Considerando a hipótese acima narrada, formule a medida judicial objetiva adequada.

(Valor: 5,00) Obs: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	

68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	

95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	

<b>122</b>	
<b>123</b>	
<b>124</b>	
<b>125</b>	
<b>126</b>	
<b>127</b>	
<b>128</b>	
<b>129</b>	
<b>130</b>	
<b>131</b>	
<b>132</b>	
<b>133</b>	
<b>134</b>	
<b>135</b>	
<b>136</b>	
<b>137</b>	
<b>138</b>	
<b>139</b>	
<b>140</b>	
<b>141</b>	
<b>142</b>	
<b>143</b>	
<b>144</b>	
<b>145</b>	
<b>146</b>	
<b>147</b>	
<b>148</b>	



<b>149</b>	
<b>150</b>	

## QUESTÃO DISCURSIVA 01

Aprovado apenas no âmbito das comissões constituídas, sem apreciação pelo Plenário do Congresso Nacional, determinado projeto de lei foi levado à apreciação do Presidente da República, que resolveu vetá-lo, ao argumento de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas.

- a) O argumento do Presidente encontra amparo constitucional?  
b) É possível que entidades de classe interessadas derrubem o veto do Presidente da República?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

<b>21</b>	
<b>22</b>	
<b>23</b>	
<b>24</b>	
<b>25</b>	
<b>26</b>	
<b>27</b>	
<b>28</b>	
<b>29</b>	
<b>30</b>	

## QUESTÃO DISCURSIVA 02

O Estado do Acre, aprovou mediante Lei Estadual X o reajuste de cobrança do Imposto Y. João, entendendo que a mencionada lei viola diretamente a Constituição Federal, ajuíza uma medida judicial defendendo que a lei é inconstitucional. O Juiz de primeiro grau entendeu que a Lei Estadual X respeitou os ditames estabelecidos pela Constituição Federal e julgou improcedente o pedido inicial. Inconformado com a questão, João interpõe recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado, requerendo a revisão do julgado. Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara Cível pode declarar a inconstitucionalidade da norma?
- b) A chamada cláusula de reserva de plenário deve ser aplicada para analisar a recepção ou revogação, pela nova Constituição, do direito pré-constitucional?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 03

A Lei Estadual nº 123 entra em confronto com uma norma da respectiva Constituição Estadual, que trata de normas da educação básica. E ainda, ao mesmo tempo viola norma da Constituição Federal. O Partido Político Sigma, que tem representantes apenas na Câmara dos Deputados, procura você na qualidade de advogado para examinar a constitucionalidade in abstracto desse diploma normativo e ajuizar a medida judicial cabível. De acordo com a narrativa acima, responda aos itens a seguir:

a) É possível afirmar que uma ação de controle abstrato tendo como objeto a referida Lei apenas pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal? Responda justificadamente.

b) Caso o STF declare a constitucionalidade da norma estadual, é correto afirmar que o julgamento pelo TJ estará prejudicado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 04

Rodolfo, servidor público do Estado Y, ingressou no serviço público em 1975, estando regido pela Lei nº 999, que trata do Estatuto dos Servidores do Estado. Com relação a situação funcional de Rodolfo, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) O que ocorrerá caso o texto da Lei nº 999 se alinhe à nova CRFB/88 no aspecto material, mas não tenha sido editado conforme o novo processo legislativo da Constituição?
- b) É possível afirmar que Rodolfo tem direito adquirido a não ser atingido pela atual Constituição no que tange a sua situação funcional?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



<b>21</b>	
<b>22</b>	
<b>23</b>	
<b>24</b>	
<b>25</b>	
<b>26</b>	
<b>27</b>	
<b>28</b>	
<b>29</b>	
<b>30</b>	